

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025  
PPP TIC EIXO OESTE

### **ANEXO III.E – REGULAMENTO DA CONCESSÃO**

**REGULAMENTO DA CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS SOBRE TRILHOS DO PROJETO DO TREM INTERCIDADES EIXO OESTE, DO SUBSISTEMA FERROVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SFE/SP**

***CAPÍTULO I***

***Do Objetivo***

**Artigo 1º** - Este regulamento tem por objetivo disciplinar, complementarmente ao contrato e aos seus anexos, a prestação do serviço público de transporte de passageiros sobre trilhos do Trem Intercidades (TIC) Eixo Oeste, do subsistema ferroviário do Estado de São Paulo.

**Parágrafo único** - Dentre os serviços objeto da concessão patrocinada, está contemplado o serviço expresso entre a Estação Central de Sorocaba e a Estação Água Branca, localizada no Município de São Paulo, integrando o subsistema ferroviário do Estado de São Paulo ao sistema metroviário da Região Metropolitana de São Paulo; além do serviço parador, atendendo os Municípios de Sorocaba, São Roque, Itapevi, Carapicuíba e São Paulo.

***CAPÍTULO II***

***Da Concessão***

**Artigo 2º** - O objeto da concessão compreende:

I – a implantação da infraestrutura, intervenções de qualificação, ampliação, adequação e modernização, conforme detalhado no contrato e seus anexos, compreendendo as obras civis, a instalação de via permanente e de sistemas de alimentação elétrica, de sinalização, de telecomunicações e auxiliares, a aquisição de material rodante e demais ações necessárias para permitir a adequada prestação dos serviços objeto da concessão;

II – operação comercial do TIC Eixo Oeste, incluindo os empreendimentos e as intervenções, bem como as extensões e incorporações previstas no Contrato de Concessão;

III – manutenção e conservação de todos os bens integrantes da Concessão, bem como das extensões e incorporações previstas neste contrato, em conformidade com as especificações e com os padrões definidos no contrato e em seus anexos;

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

IV – a implantação de melhorias nos bens integrantes da concessão, visando a manter seus níveis de qualidade, garantir o cumprimento dos indicadores de desempenho, e, ainda, assegurar sua permanente atualidade e modernidade, nos termos do contrato;

V - realização de investimentos adicionais e de investimentos contingentes, nos termos do contrato, condicionada à formalização do respectivo termo aditivo;

VI - exploração de negócios de natureza diversa que possam constituir fonte de receitas acessórias, na forma e nas condições previstas no contrato;

VII - assunção, nas circunstâncias determinadas pelo contrato, de uma ou mais intervenções, previstas como encargos transferíveis, tornando-se responsável por sua finalização, dentro das datas-marco previstas originalmente, ou conforme novas datas-marco acordadas de boa-fé entre as partes, mediante formalização de termo aditivo ao contrato;

VIII - a obtenção, aplicação e gestão de todos os recursos financeiros necessários à execução do objeto da concessão;  
e

IX - a elaboração dos projetos necessários, obtenção de autorizações, licenças ambientais e/ou permissões exigidas para execução das atividades previstas no objeto da concessão.

**Artigo 4º** - O prazo da concessão será de 30 (trinta) anos, contados partir do início da data de eficácia.

### ***CAPÍTULO III***

#### ***Das Obrigações da Concessionária***

**Artigo 5º** - São deveres da Concessionária, durante o prazo da concessão, dentre outros previstos no contrato e na legislação pertinente:

I - prestar serviço adequado a todos os usuários;

II - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares e contratuais dos serviços;

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

III - zelar pela integridade dos bens integrantes da concessão e pelo meio ambiente;

IV - obter tempestiva e regularmente todas as licenças, autorizações, permissões, dentre outras exigências necessárias descritas no contrato;

V - manter em dia o inventário e o registro dos bens integrantes da concessão;

VI - fornecer ao Poder Concedente e à ARTESP todos e quaisquer documentos e informações pertinentes à concessão, inclusive contratos e acordos de qualquer natureza firmados com terceiros, franqueando acesso amplo e irrestrito à fiscalização e à realização de auditorias;

VII - manter regularmente escriturados os seus livros e registros contábeis e organizados os arquivos, documentos e anotações; e

VIII - cooperar e apoiar no desenvolvimento das atividades de acompanhamento e de fiscalização do Poder Concedente e da ARTESP, nos termos do contrato.

#### ***CAPÍTULO IV***

##### ***Dos Direitos e das Obrigações do Poder Concedente***

**Artigo 6º** - incumbe ao Poder Concedente, dentre outros direitos e obrigações previstos, observadas as atribuições conferidas à ARTESP, nos termos do contrato e da legislação aplicável:

I - regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação;

II - modificar unilateralmente as disposições regulamentares do serviço, para melhor adequação ao interesse público, respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

III - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares dos serviços e as cláusulas do contrato;

IV - estimular a eficiência do serviço e a modicidade das tarifas;

V - zelar pela boa qualidade do serviço, receber e apurar queixas e reclamações dos usuários;

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

VI - estimular a associação dos usuários para a defesa de seus interesses relativos aos serviços, inclusive para sua fiscalização;

VIII - intervir na prestação dos serviços, retomá-los e extinguir a concessão, nos casos e nas condições previstos em lei e no contrato;

IX - assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, preservando os seus direitos, da Concessionária e dos usuários;

X - aplicar as penalidades legais e contratuais.

## ***CAPÍTULO V***

### ***Dos Direitos e das Obrigações dos Passageiros***

**Artigo 7º** - Os passageiros têm direito à adequada prestação dos serviços, devendo a Concessionária e seus agentes observarem as seguintes diretrizes:

I - urbanidade, respeito, acessibilidade e cortesia no atendimento aos passageiros;

II - presunção de boa-fé dos passageiros;

III - atendimento por ordem de chegada, asseguradas as prioridades legais às pessoas com deficiência, aos idosos, às gestantes, às lactantes e às pessoas com crianças de colo, nos termos da legislação vigente, ressalvados os casos de urgência;

IV - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de exigências, obrigações, restrições e sanções não previstas na legislação;

V - igualdade no tratamento aos passageiros, sendo vedado qualquer tipo de discriminação;

VI - cumprimento de prazos e normas procedimentais;

VII - definição, publicidade e observância de horários e normas compatíveis com o bom atendimento aos passageiros;

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

VIII - adoção de medidas visando à proteção à saúde e à segurança dos passageiros;

IX - autenticação de documentos pelo próprio agente público, à vista dos originais apresentados pelo passageiro, vedada a exigência de reconhecimento de firma, salvo em caso de dúvida de autenticidade;

X - manutenção de instalações salubres, seguras, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço e ao atendimento;

XI - eliminação de formalidades e de exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido na concessão;

XII - observância dos códigos de ética ou de conduta aplicáveis a todas as categorias de agentes envolvidos na prestação dos serviços;

XIII - aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento ao passageiro e propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações, nos termos do contrato;

XIV - utilização de linguagem simples e compreensível, evitando o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e

XV - vedação da exigência de nova prova sobre fato já comprovado em documentação válida apresentada; e

XVI - prover acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, observando as disposições previstas na legislação de regência.

**Artigo 8º - São direitos básicos dos passageiros:**

I - receber serviço adequado;

II - receber do Poder Concedente, da ARTESP e da Concessionária informações para a defesa de interesses individuais e coletivos relativos aos serviços;

III - levar ao conhecimento do Poder Concedente, da ARTESP e da Concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes aos serviços prestados;

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

IV - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela Concessionária na prestação dos serviços;

V - participar do acompanhamento da prestação e da avaliação dos serviços, na forma da lei federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, deste regulamento e do contrato;

VI - obter e utilizar os serviços com liberdade de escolha entre os meios oferecidos e sem discriminação, observadas as normas estabelecidas pelo Poder Concedente;

VII - acessar, por meio da ouvidoria, informações relativas à sua pessoa, observado o disposto no inciso X do artigo 5º da Constituição Federal e na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

VIII - ter resguardada a proteção de suas informações pessoais, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e do contrato;

IX – ser socorrido pela Concessionária caso se acidente ou sofra mal súbito nas suas instalações ou trens;

X – ser ressarcido de maneira integral, em moeda corrente, ou receber crédito de viagem, por parte da Concessionária, caso o serviço de transporte seja interrompido após a efetivação do pagamento da tarifa, de modo a assegurar a continuidade de seu deslocamento; e

XI - obter informações precisas e de fácil acesso nos locais de prestação dos serviços, assim como sua disponibilização na internet, especialmente sobre:

a) horário de funcionamento da prestação dos serviços;

b) acesso à ouvidoria;

c) valor das tarifas cobradas pela prestação dos serviços;

d) formas de aquisição dos bilhetes;

e) tecnologias e modos de pagamento aceitos para o pagamento da tarifa do serviço;

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025  
PPP TIC EIXO OESTE

- f) regras de utilização do serviço;
- g) volumes máximos aceitos para acessar o interior dos trens e plataformas;
- h) regras sobre o direito à gratuidade; e
- i) informações sobre anomalias operacionais ou outras condições que impactem a oferta regular dos serviços.

**Artigo 9º** - São deveres do passageiro:

- I - utilizar adequadamente os serviços, com urbanidade e boa-fé;
- II - prestar informações tidas como necessárias e que sejam pertinentes aos serviços, quando solicitadas;
- III - colaborar para a adequada prestação dos serviços;
- IV - contribuir para a conservação das boas condições dos bens públicos afetados por meio dos quais lhes são prestados os serviços;
- V - pagar tarifa; e
- VI – respeitar o código de conduta e normas de utilização previstos pela Concessionária, nos termos do contrato de concessão e anexos.

**Artigo 10** - O Poder Concedente, assim como a ARTESP e a Concessionária, estimulará a participação da comunidade em assuntos de interesse dos serviços.

**Artigo 11** - Sem prejuízo de outras formas previstas na legislação, a participação dos passageiros no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços será feita por meio de Conselhos de Usuários, nos moldes do artigo 18 da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, e do contrato.

## **CAPÍTULO VI**

### ***Dos Fiscalização dos Serviços e do Atendimento ao Regulamento***



PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025  
PPP TIC EIXO OESTE

**Artigo 12** - A prestação dos serviços e o atendimento ao disposto no presente regulamento estão sujeitos à fiscalização, ao controle e à regulação da ARTESP, nos termos do contrato.

**Artigo 13** - No prazo de 90 (noventa) dias contados da data da publicação deste regulamento, deverá ser constituída a comissão referida no artigo 36 da Lei Estadual nº 7.835, de 8 de maio de 1992.

**§ 1º** - O Secretário de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo designará os representantes do Poder Executivo e dos usuários que participarão da comissão.

**§ 2º** - Representante do Poder Legislativo será convidado a participar da comissão de que trata o "caput" deste artigo.

## ***CAPÍTULO VII***

### ***Da Remuneração***

**Artigo 14** - Constituem remuneração da Concessionária:

I - o aporte, nos termos do contrato e anexos;

II - a contraprestação pecuniária, nos termos do contrato e anexos;

III - a receita tarifária, nos termos do contrato e anexos; e

IV - outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias, ou de projetos associados, inclusive a exploração do licenciamento do direito de atribuição de nomes comerciais agregados aos nomes das estações, nos termos definidos no contrato.

**Parágrafo único** - A Concessionária receberá do Poder Concedente, em função dos investimentos efetivamente realizados, aporte de recursos na forma do artigo 6º, §2º, da Lei Federal nº 11.079/2004, na forma disciplinada no contrato.

## ***CAPÍTULO VIII***

### ***Da Prestação do Serviço Concedido***

## **SEÇÃO I**

### ***Disposições Gerais***

**Artigo 15** - O serviço público de transporte de passageiros será prestado em conformidade com as políticas do Poder Concedente relativas ao transporte coletivo metroferroviário e ao subsistema ferroviário do Estado de São Paulo, observado o artigo 2º deste regulamento.

## **SEÇÃO II**

### ***Do Serviço de Transporte***

**Artigo 16** - O serviço público de transporte de passageiros será prestado, conforme estabelecido neste Regulamento, aos passageiros portadores de títulos de viagem válidos e que tenham passado pelos bloqueios, observadas as disposições do contrato e deste Regulamento.

**Artigo 17** - A Concessionária manterá, nas estações, informações escritas, inclusive em Braille, e comunicação auditiva para orientação dos passageiros, nos termos da legislação em vigor.

**Artigo 18** - O sistema de sonorização será utilizado para emissão de mensagens exclusivamente operacionais, de caráter informativo, educativo ou orientações de segurança, ou, ainda, para a difusão de informações relacionadas ao interesse público, divulgadas pela Concessionária por determinação do Poder Concedente ou ARTESP, vedada a promoção de marcas, produtos e pessoas.

**Artigo 19** - Na forma prevista no contrato e na legislação em vigor no momento da prestação dos serviços, a Concessionária oferecerá aos passageiros os serviços em integração com o prestado por outras operadoras de transporte.

**Artigo 20** - A Concessionária manterá os serviços abertos ao público ao longo dos horários estabelecidos no contrato, com parada dos trens em todas as estações operacionais, observada a distribuição da oferta de viagens programada por tipo de serviços estabelecidos, seja este parador ou expresso, mantendo visíveis as informações sobre horários e circulação dos trens e observando as determinações do Poder Concedente.

**Artigo 21** - A Concessionária deverá estabelecer horários especiais de funcionamento para atender, nos municípios abrangidos pelos serviços, a eventos geradores de alta demanda, sejam eles programados ou eventuais, assim como

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025  
PPP TIC EIXO OESTE

quando do estabelecimento de programação operacional de horários especiais de outros operadores metroferroviários do Estado de São Paulo que possuam integração direta com o TIC Eixo Oeste.

### **SEÇÃO III**

#### ***Da Utilização do Serviço de Transporte***

**Artigo 22** - A Concessionária deverá manter canais de relacionamento com os passageiros, bem como manter em local visível os respectivos modos de acesso, inclusive os disponibilizados pelo Poder Concedente e pela ARTESP.

**Artigo 23** - A Concessionária deverá instituir, manter e divulgar ao público a existência de um serviço de achados e perdidos, não sendo este integrado ao serviço das demais concessionárias da rede metroferroviária.

**Artigo 24** - Os objetos encontrados nos trens e dependências vinculados à prestação dos serviços, ou entregues para empregados da Concessionária, serão de responsabilidade desta, que providenciará seu armazenamento, controle, devolução ao passageiro, ou destinação ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP, ou a entidade de assistência e desenvolvimento social reconhecida pelo Poder Concedente.

**Artigo 25** - As crianças e os adolescentes menores de 16 (dezesesseis) anos poderão se utilizar dos serviços somente quando acompanhadas de pessoa responsável por sua segurança, entre as designadas pela legislação de regência, ou mediante autorização judicial expressa.

### **SEÇÃO IV**

#### ***Do Passageiro***

**Artigo 26** - A entrada ou permanência, nas dependências da prestação dos serviços, será interdita a pessoas que possam causar perigo, incômodo ou prejuízos à continuidade dos serviços, tais como:

I - portadoras de armas de fogo, carregadas ou não, ou armas brancas, exceto militares, policiais em serviço ou pessoas com licença para porte de armas;

II - portadoras de materiais inflamáveis ou explosivos, radioativos ou corrosivos; e

III - embriagadas ou intoxicadas por álcool ou outras substâncias;

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025  
PPP TIC EIXO OESTE

IV – indivíduos que adotem práticas em desacordo com as regras de utilização do serviço previstas pela Concessionária, nos termos do contrato de concessão e anexos.

**Artigo 27** - É vedado aos passageiros, nos trens e demais dependências vinculadas à prestação dos serviços:

- I - praticar qualquer ato do qual resulte embarço aos serviços, ou que possa acarretar perigo ou acidente;
- II - embarcar ou desembarcar após o início da sinalização sonora de fechamento iminente das portas, impedir a abertura ou o fechamento das portas, estacionar ou apoiar-se nelas;
- III - acionar ou usar, indevidamente, qualquer equipamento nas dependências das estações e no interior dos trens;
- IV - acionar alarme, com utilização ou não dos dispositivos de emergência, exceto em situações justificáveis;
- V - fazer funcionar rádios ou outros aparelhos que possam emitir sons;
- VI - infringir a sinalização;
- VII - impedir ou tentar impedir a ação de empregado da Concessionária, no cumprimento de seus deveres funcionais;
- VIII - ingressar, sem autorização, nos locais não franqueados aos passageiros;
- IX - viajar em lugar não destinado aos passageiros;
- X - fumar, manter cigarro ou similar aceso, acender fósforo ou isqueiro;
- XI - colocar os pés nas paredes das estações, bancos e laterais dos carros;
- XII - quebrar, danificar, sujar, escrever, desenhar nas instalações e equipamentos vinculados à prestação dos serviços;
- XIII - cuspir ou atirar detritos de qualquer natureza nas vias, nos trens e nas estações;
- XIV - efetuar transporte de objetos com dimensões superiores às permitidas ou que necessitem mais de uma pessoa para efetuar o transporte, excetuados os casos de bagagens especiais nos termos de legislação de regência;

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025  
PPP TIC EIXO OESTE

XV - efetuar transporte de bicicletas, independentemente de suas dimensões, exceto nos dias, horários e locais permitidos e divulgados pela Concessionária, ou, no caso de bicicletas dobráveis, a qualquer momento, como volumes transportados, quando em embalagens/capa;

XVI - fazer uso de "skates", patins, patinetes ou similares, sendo, no entanto, permitido o seu transporte como volume, desde que embalado, em mãos ou em mochila;

XVII - colocar cartazes, anúncios e avisos, apregoar, expor ou vender qualquer espécie de mercadoria ou serviços, salvo quando houver autorização da Concessionária, e nos locais por esta previamente determinados;

XVIII - arremessar objetos de qualquer natureza;

XIX - usar de linguagem licenciosa, desrespeitosa ou ofensiva a qualquer pessoa;

XX - proceder inconvenientemente ou de modo a molestar, assediar sexualmente, ou importunar ou prejudicar o sossego e a tranquilidade dos passageiros;

XXI - transportar animais em desacordo com previsto na Lei estadual nº 16.930, de 24 de janeiro de 2019, exceto cão-guia em treinamento ou acompanhando pessoa com deficiência visual; e

XXII - pedir esmolas.

## ***CAPÍTULO IX***

### ***Dos Títulos de Viagem***

#### ***SEÇÃO I***

##### ***Do Ingresso na Área Paga das Estações***

**Artigo 28** - Em todas as estações haverá, pelo menos, um ponto de venda de títulos de viagem, aberto durante todo o período de funcionamento dos serviços, onde estarão afixadas informações relativas às tarifas praticadas.

**Artigo 29** - Será considerado sem valor o título de viagem que não puder ser identificado pelo equipamento ou outro meio existente para tal fim.

**Artigo 30** - O título de viagem considerado sem valor será tratado de acordo com as instruções do Poder Concedente.

**Artigo 31** - Em caso de título de viagem recusado, a Concessionária direcionará o passageiro para substituição em seu local de aquisição, ou outra forma que vier a ser estabelecida para a comercialização do título de viagem.

**Artigo 32** - Ocorrendo a apreensão de título de viagem falso, a Concessionária tomará, em face do portador, as medidas legais cabíveis.

## **SEÇÃO II**

### ***Das Gratuidades***

**Artigo 33** - A Concessionária garantirá acesso ao serviço público de transporte de passageiros àquele que tenha direito a transporte gratuito, nos termos da legislação e normas vigentes.

## **SEÇÃO III**

### ***Da Liberação de Bloqueios***

**Artigo 34** - Quando ocorrerem motivos que comprometam a segurança pública, a Concessionária liberará os bloqueios para entrada de passageiros e providenciará os devidos registros da ocorrência.

## **CAPÍTULO X**

### ***Segurança do Transporte***

## **SEÇÃO I**

### ***Da Segurança Pública***

**Artigo 35** - A Concessionária organizará e manterá Corpo de Segurança Operacional próprio, com a missão de cumprir as disposições operacionais contidas nas normas referentes ao Subsistema Ferroviário do Estado de São Paulo, ao sistema metroferroviário e nos anexos ao contrato, que atuará em todas as estações, subestações, vias, pátios e trens utilizados para a prestação dos serviços, adotando medidas de natureza técnica, administrativa, de segurança e educativa, destinadas a:

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025  
PPP TIC EIXO OESTE

- I - preservar o patrimônio vinculado aos serviços;
- II - garantir a regularidade e a normalidade do tráfego;
- III - resguardar a incolumidade e comodidade dos passageiros;
- IV - prevenir acidentes;
- V – atuar na solução de incidentes e ocorrências operacionais;
- VI - conservar e manter as condições de higiene;
- VII - assegurar o cumprimento da ordem em suas dependências; e
- VIII – informar ao centro de controle de tráfego sobre condições operacionais anormais; e
- IX – realizar comunicação e/ou acionamento de agentes públicos de segurança, se necessário.

## **SEÇÃO II**

### ***Do Corpo de Segurança e suas Atribuições***

**Artigo 36** - Para o exercício de suas funções, o corpo de segurança operacional deverá receber curso básico de habilitação e treinamentos específicos de atualização operacional.

**Artigo 37** - O Corpo de Segurança Operacional atuará em todas as áreas de serviço e dependências integrantes da área da concessão, especialmente em suas estações, subestações, vias, pátios, oficinas e trens direta e indiretamente administrados pela Concessionária.

**Artigo 38** - Os equipamentos utilizados pelo Corpo de Segurança Operacional, cuja finalidade básica é garantir a segurança dos passageiros e dos empregados na prestação dos serviços, deverão ser aprovados pelo Poder Concedente, diretamente ou através de prepostos especialmente designados.

## ***CAPÍTULO XI***

### ***Das Disposições Finais***

**Artigo 39** - A Concessionária somente poderá operar em desconformidade com este Regulamento em emergências resultantes de força maior ou caso fortuito, nos termos definidos no contrato, devidamente identificados e justificados, sem prejuízo da adoção das medidas de mitigação aos eventos extraordinários.

**Artigo 40** - A Concessionária poderá propor ao Poder Concedente revisão das normas e procedimentos de que trata este Regulamento.

**Artigo 41** - Extinta a concessão objeto deste regulamento, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração da concessão, transferidos à Concessionária ou por ela implantados, no âmbito da concessão, na forma prevista em lei e no contrato.

**Artigo 42** - Fica delegada ao Secretário de Parcerias em Investimentos a competência para disciplinar, no que couber, a aplicação deste regulamento e detalhar as suas diretrizes específicas, observadas as atribuições conferidas à ARTESP, nos termos do contrato e da legislação aplicável.